

Governos à deriva

Para não correr o risco de ser comparado a Itamar Franco, que até agora, quase 50 dias depois de assumir seu mandato, nada fez nem demonstrou intenção de fazer, o presidente Fernando Henrique terá que assumir com urgência a direção das ações do seu segundo mandato, até agora mergulhado numa inércia que só tem precedente no governo de Minas Gerais.

De lá, não se sabe, por exemplo, o que será neste início de ano letivo de um sistema educacional até aqui considerado exemplar, o que está ocorrendo com a rede de hospitais ou de que forma o novo governo apresentará à população o cardápio oferecido na campanha eleitoral. Sabem todos que o estado tem uma dívida, que o governador não vai honrá-la e que ficará explorando o marketing da vítima do presidente da República até ter condições de sucedê-lo.

Itamar Franco não é o primeiro nem será o último governador do estado de Minas Gerais, mas age como se fosse. Se não reconhece o princípio democrático da alternância no poder, negando os compromissos firmados pelo seu antecessor, paciência. Pode ser um problema para quem o elegeu, mas não deve ser para a coletividade.

O Brasil certamente terá que conviver até as próximas eleições com este espetáculo movido pelo combustível do ressentimento que parece ter como objetivo apenas manter o governador em cartaz por quatro anos.

Não deve, porém, deixar que passe disso, e a vida de ninguém pode ser afetada pelo que faz ou deixa de fazer o governador de um estado. Itamar quer destacar-se dos demais, criar para si um pódio paralelo que lhe permita, a um só tempo, dominar a oposição, sendo o rei dela, e a situação, destruindo os feitos do seu desafeto.

Existe ainda uma expectativa de que, em algum momento, gente de seriedade reconhecida, patriotismo e mineiridade autênticos, aparecerá para chamar à razão os que insistem em afiançar este usufruto em praça pública dos instrumentos do estado em proveito de projetos evidentemente pessoais. Mas as reações estão muito lentas e muitos ainda acham uma graça enorme no que vêem e ouvem.

Nesta brincadeira de quem pode mais ou pode menos não deve haver lugar para Fernando Henrique. O presidente tem toda uma política econômica nova a definir e está arrumando a casa para isto. Tem, e está tratando dele, um problema muito grave neste início de mandato que é a questão financeira dos estados, afogados em dívida e com sua receita comprometida com a previdência e a folha de pagamento do funcionalismo da ativa. Estuda formas de ajudá-los a atravessar o negro período previsto para o primeiro semestre de 99, inclusive debatendo o problema na próxima sexta-feira, dia 26, em uma ampla reunião em Brasília.

Fernando Henrique poderia assumir o comando de seu governo a tempo de evitar alguns descabros.

Mas sua obra não pode limitar-se a isto. O governo está aí para funcionar e, enquanto seu mestre não vem, alguns ministros vão fazendo o que bem entendem, aparentemente sem dar satisfações ou ouvir uma opinião mais balizada de quem conhece o assunto e poderia dar rumos e política a seguir. Em alguns casos, do próprio presidente.

Fernando Henrique poderia assumir o comando do seu governo a tempo de evitar alguns descabros que novos ministros já estão preterindo.

Não há, por exemplo, outra explicação, a não ser a existência de um governo à matroca, para o que o novo ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Carlos Bresser Pereira, deixou na Internet durante as férias. Ao voltar à atividade, as Universidades e Institutos de Pesquisa vão descobrir que, por não ter sido convidado um representante do Ministério para uma reunião de alguns secretários estaduais de Ciência e Tecnologia, o ministro anunciou que vai acabar com bolsas e recursos extraordinários destinados às instituições que têm maior capacidade de mobilização política.

Por que razão fará isto e quem vai se beneficiar desta redução não se sabe. A decisão apareceu, inclusive, meio a uma polêmica reforma administrativa na área de Ciência e Tecnologia e, como esta é sempre uma questão cujo debate interessa muito à comunidade científica, todos se voltaram para ela — esteve em moda nos anos 70 esta discussão sobre a desintegração do CNPq e sua divisão em áreas do conhecimento —, deixando de lado o problema da restrição política.

Uma tentativa de explicação para o que entrou na rede a bordo da homepage do Ministério da Ciência e Tecnologia seria considerar, com esforço, que a ameaça era, na verdade, uma ironia, como se o ministro quisesse dizer que, por terem muito vigor político, algumas instituições conseguem arrancar verbas de outras fontes e podem dispensar as do governo federal.

O texto, porém, não dá margem a esta interpretação, e está lá, entre vários parágrafos de obviedades, a novidade: "O CNPq vai eliminar quaisquer concessões de bolsas extras ou recursos especiais para instituições com maior capacidade de se manifestar politicamente".

A ciência e, sobretudo, a tecnologia, que só muito recentemente começou a ter tratamento adequado nos organismos de governo, passando a ser considerada uma atividade sobre cujo desenvolvimento se deve tratar mais com a empresa do que com a Universidade, estão se ressentindo da ausência do presidente. Parece pouco e um caso bem isolado, mas é muito, principalmente para este governo.